

# **DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: A LEI E A REALIDADE EM ESCOLAS CEARENSES**

**Tainah ANDRADE; Larissa SANTIAGO; Isabel CARNEIRO – orientadora**

IFCE; Av. Contorno Norte, nº10, Parque Central - Distrito Industrial - Maracanaú - CE; [tatah\\_tpa@hotmail.com](mailto:tatah_tpa@hotmail.com)

IFCE; Av. Contorno Norte, nº10, Parque Central - Distrito Industrial - Maracanaú - CE; [larissantiago@hotmail.com](mailto:larissantiago@hotmail.com)

IFCE; Av. Contorno Norte, nº10, Parque Central - Distrito Industrial - Maracanaú - CE; [isabelmsaid@ifce.edu.br](mailto:isabelmsaid@ifce.edu.br)

## **RESUMO**

O presente trabalho apresenta os resultados da pesquisa sobre a Educação Especial realizada no 2º semestre de 2009 na disciplina de Estrutura e Funcionamento da Educação Básica do curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Com o objetivo de apresentar alguns desafios e perspectivas da Educação Especial, tendo como base a legislação e o referencial teórico pertinente a essa modalidade de ensino, realizamos visitas em uma escola regular que atende alunos com necessidades especiais e outra instituição que oferece educação específica aos alunos excepcionais. Os resultados apontam que há um distanciamento entre o que está previsto na lei e a realidade nas instituições pesquisadas no que se refere à formação de professores.

**Palavras - chave:** Educação Especial – Legislação – Formação de Professores

## **1. INTRODUÇÃO**

As discussões sobre a Educação Especial têm se ampliado, principalmente a partir dos anos 1990. A intensidade de tal debate se coloca a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9.394/96) e do Plano Nacional de Educação (2001) que a apresenta como uma modalidade de ensino, alicerçada em um novo paradigma educacional de respeito àqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

Essa legislação visa à definição de diretrizes curriculares para a oferta de educação inclusiva na escola às pessoas com deficiência, apoio técnico-financeiro aos sistemas de ensino para a oferta e garantia de atendimento educacional especializado, complementar à escolarização, de acordo com o [Decreto nº 6.571](#), de 17 de setembro de 2008.

Para apoiar os sistemas de ensino, a secretaria de Educação Especial (SEESP) desenvolve o Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial - presencialmente e a distância -, Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, Programa Escola Acessível (adequação de prédios escolares para a acessibilidade), Programa BPC na Escola e Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que forma gestores e educadores para o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos. Destacam-se ainda as ações de garantia de acessibilidade nos programas nacionais do livro implementados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Como contribuição a este debate, apresenta-se neste trabalho os resultados de uma pesquisa de natureza qualitativa sobre os desafios e perspectivas da educação inclusiva nas escolas que atendem pessoas

com necessidades especiais, buscando perceber a relação entre o discurso legal e as ações efetivamente postas em prática na realidade institucional.

O presente trabalho tem como objetivo abordar questões referentes à Educação Especial, tais como conceitos, princípios e serviços. Enfatiza também o atendimento educacional como o principal meio para proporcionar o desenvolvimento de habilidades e aptidões das pessoas com necessidades especiais a fim de torná-los membros de pleno direito da comunidade na qual estão inseridos, proporcionando-lhes condições que facilitem sua independência, participação e auto-realização. Ademais, destaca o papel do professor nessa modalidade de ensino como sujeito responsável de estimular o desenvolvimento do aluno especial, compreendendo as suas dificuldades.

## **2. METODOLOGIA**

O estudo em questão se insere numa abordagem qualitativa de pesquisa, classificando-se como estudo de caso caracterizado como aquele que ocorre “quando os investigadores estudam assuntos, ambientes ou bases de dados” e que podem assumir uma grande variedade de formas (BOGDAN, BIHLEN, 1994, p.97). A partir desse enfoque qualitativo de investigação, o desenvolvimento das atividades concernentes à proposta aconteceu, de modo geral, em três etapas.

A primeira consistiu no aprofundamento da literatura pertinente a temática Educação Especial, incluindo estudos de Mantoan (2005), Mazzota (1982) e as legislações acerca da referida temática. A segunda foi pautada pelo levantamento de dados no contexto do lócus de concretização da pesquisa, isto é, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e a Escola Vila, em Fortaleza.

Como procedimento de coleta de dados recorreu-se à entrevista semi-estruturada, por favorecer uma maior relação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, como afirmam Matos e Vieira (2002, p.63): “essa é uma entrevista mais aberta que a estruturada, o que possibilita maior flexibilidade nas respostas e a obtenção das falas que podem enriquecer ainda mais a temática abordada”. Participaram da entrevista duas coordenadoras pedagógicas, sendo uma de cada escola cuja escolha aconteceu a partir da livre adesão delas, momento situado na fase exploratória de campo.

Por último, a terceira etapa, à luz da fundamentação teórica, consistiu na análise conceitual e contextual dos dados coletados e descritos durante a investigação: as transcrições das entrevistas e as análises de documentos. Tal análise se concretizou pela organização e classificação dos dados em categorias descritivas e, posteriormente, a teorização deles. Nesta fase analítica se objetiva ir além do que está explícito, da mera descrição para uma profunda reflexão crítica do objeto de estudo, ou seja, “um esforço de abstração, ultrapassando os dados, tentando estabelecer conexões e relações que possibilitem a proposição de novas explicações e interpretações” (LÜDKE, ANDRÉ, 1986, p. 49).

Em síntese, essa análise investigativa possibilitou vislumbrar aspectos (Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado e Trabalho Docente) inter-relacionados que constituem o trabalho pedagógico no espaço escolar, desvendando os desafios e perspectiva da Educação Especial.

## **3. EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Educação Especial é a denominação utilizada para se referir à educação das pessoas com excepcionalidades, com deficiências ou com necessidades especiais, que requerem atenção particular nos processos de desenvolvimento e de aprendizagem. Destina-se aos educandos que apresentam deficiência mental, auditiva, visual, física, motora, múltiplas deficiências, distúrbios emocionais, distúrbios de aprendizagem e superdotação.

As pessoas com necessidades especiais nas diversas áreas e nos vários graus de manifestação da excepcionalidade é garantido, por lei, o direito ao atendimento educacional especializado que se caracteriza

pela utilização, por profissionais habilitados, de métodos e técnicas diferenciadas, de conteúdos curriculares próprios e de equipamentos e materiais institucionais específicos.

Como modalidade de ensino, a Educação Especial constitui parte do sistema educacional geral e tem por finalidade básica proporcionar às pessoas portadoras de excepcionalidade condições que favorecem o desenvolvimento de suas potencialidades, visando a sua auto-realização, aprendizagem, integração e independência.

Os pressupostos fundamentais, bem como os objetivos da Educação Especial, são os mesmos da educação geral. Os aspectos diferenciados referem-se à utilização de serviços e recursos específicos para atender as necessidades individuais das pessoas com excepcionalidade ou com deficiência. A seguir, destacaremos aspectos relacionados aos programas de Atendimento Educacional Especializado.

### **3.1 Atendimento Educacional especializado**

O Atendimento Educacional Especializado efetiva-se através da oferta de programas orientadores do ensino e da aprendizagem, criteriosamente organizados para suprir as necessidades especiais dos educandos, considerando as especificidades referentes à área e ao grau da deficiência, faixa etária e caracterização biopsicossocial dos mesmos. Nesse sentido, são elaboradas propostas educacionais específicas para programas de educação precoce, educação pré-escolar e escolar, iniciação para o trabalho, qualificação profissional e trabalho protegido, visando a proporcionar ao portador de deficiência, independentemente de suas limitações ou dificuldades, condições para aprendizagem e participação na vida social e no mundo do trabalho.

O plano de atividades a serem desenvolvidas nos referidos programas baseia-se na seqüência do desenvolvimento humano, objetivando atender as necessidades educacionais específicas da pessoa nas diferentes fases e etapas evolutivas, ou seja, infância, adolescência e idade adulta. Assim, no programa de educação precoce são atendidas crianças na faixa etária de 0 - 2 anos, com diagnóstico de deficiência ou com atraso significativo no desenvolvimento manifestado nas áreas motoras, cognitivas, sensorio perceptivo, da linguagem, emocional e social.

A educação precoce constitui um processo de caráter preventivo, no qual são adotadas técnicas e procedimentos de intervenção e estimulação aplicados por equipe interdisciplinar (médica, psicológica, pedagógica e social) com a participação efetiva da família, proporcionando condições para que a criança se aproxime, gradativamente, dos padrões de desenvolvimento esperados para sua idade e possa alcançar as etapas evolutivas subseqüentes.

O programa de educação pré-escolar se destina à oferta de atendimento à criança, com diagnóstico de deficiência, situada na faixa etária de 3 – 5 anos. Visa dar continuidade ao processo educacional iniciado no programa de educação precoce, estimulando áreas que necessitam de reforço e ampliando as aquisições da criança nos aspectos motor, sensorio-perspectivo, cognitivo, da linguagem, emocional e social. Enfatiza a formação de hábitos adequados e o desenvolvimento de habilidades e atitudes de relacionamento em grupo e de competência social que possibilite o alcance de maturidade suficiente para as situações referentes à educação formal e sistemática, entre as quais se inclui a apropriação de conteúdos acadêmicos.

O programa de educação escolar, que se destina a proporcionar atendimento a educandos com diagnósticos de deficiência e com idade acima de cinco anos, objetiva dar continuidade ao processo educacional, abordando as áreas de desenvolvimento mencionadas anteriormente e, incluindo atividades relacionadas ao aspecto acadêmico, referente ao aprendizado escolar e formação educativa básica. As propostas curriculares são elaboradas segundo a área e o grau da deficiência dos educandos a que se destinam.

Buscando concretizar a tendência atual de integração das pessoas com deficiência e respondendo aos pressupostos da Constituição Federal de 1988, o atendimento especializado efetivar-se-á, sempre que possível, no âmbito da escola regular, local legítimo para satisfazer as necessidades das pessoas que são diferentes. Com esse propósito, os programas deverão ser implantados no espaço da escolar regular com o objetivo de ofertar atendimento educacional específico aos educandos com deficiência. As alternativas são variadas e, com base na área e grau da deficiência, na faixa etária e na caracterização biopsicossocial dos educandos, torna-se possível a definição de critérios e de procedimentos que viabilizam o atendimento de

crianças, adolescentes e adultos. Os professores especializados assistirão os educandos individualmente, ou em grupos, o mais homogeneamente possível, durante todo o período escolar ou em parte deste, utilizando métodos, técnicas e recursos específicos para suprir as necessidades próprias de cada aluno.

Nesse contexto, o atendimento especializado no ensino regular deverá ser concebido e realizado com a finalidade de facilitar a integração entre educandos especiais e aqueles considerados normal. Supõe participação conjunta no maior número possível das variadas atividades que são desenvolvidas no contexto escolar.

## **4. RESULTADOS**

### **4.1 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)**

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Fortaleza é uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos. Criada em 1972, mas com o funcionamento legal em 1975, tem a finalidade de prover o bem-estar de pessoas com necessidades educativas especiais, tais como, deficiência mental, paralisia cerebral e síndrome de down.

A coordenadora da APAE afirmou que além de utilizar os serviços de apoio pedagógico, tais como os “materiais pedagógicos que estimulam o desenvolvimento da criança”, promove cursos de formação continuada para gestores e demais profissionais de ensino para lidar com pessoas com necessidades especiais, tendo em vista que “muitos não tiveram essa formação na Universidade”. Para a entrevistada, é uma forma de “complementar a vida acadêmica destes profissionais”. Na visão de Mazzota (1982), essa dificuldade decorre, provavelmente, de problemas relacionados à própria formação do professor, pois “(...) ao contrário da tecnologia de ensino para a qual existe muito conhecimento acumulado, a seleção daquilo que queremos ensinar é a área para a qual temos tido menos preparo” (p.20).

Quanto aos instrumentos utilizados para avaliar os caminhos da aprendizagem dos alunos, a coordenadora destaca que a “avaliação ocorre durante o ano todo e os relatórios são específicos com o desenvolvimento de cada criança”.

Ao questionar a entrevistada sobre como a instituição assegura a acessibilidade física e comunicativa aos discentes portadores de necessidades especiais, ela ressaltou que “os professores possuem técnicas para a comunicação e na instituição há rampas”. Ademais, reconhece outros auxílios necessários a essas pessoas que são previstos na legislação, tais como: “Benefício do INSS, passe livre, educação, saúde, direitos de acessibilidades, rampas, banheiros e ônibus adaptados”.

Quanto às parcerias, entrevistada destaca que “há uma parceria com a UNIFOR e a Faculdade Christus. A primeira oferece serviço de fonoaudiologia e segunda trabalha com a fisioterapia e interação com exercícios e brincadeiras”.

Também foi perguntada a opinião da coordenadora da APAE sobre as vantagens e/ou desvantagens da escola puramente especial quando comparada à escola que trabalha com o ensino regular na perspectiva inclusiva e ela destacou: “As vantagens eu acho que é a importância da socialização do aluno para eliminar o preconceito da sociedade e as desvantagens é porque ainda há preconceitos de pais e funcionários”.

### **4.2. Escola Vila**

A Escola Vila é uma escola inclusiva. Foi fundada em 1981 em Fortaleza/ CE inicialmente, em um quintal de uma casa como colônia de férias e depois se tornou escola. Atualmente, das crianças que possuem necessidades educacionais, a referida instituição tem somente estudantes que assistem à Síndrome de Down e a Paralisia Cerebral. A escola também atende alunos da Educação Básica desde a Educação Infantil ao

Ensino Fundamental (1º ao 9º) ano, buscando trabalhar “uma série de atividades que promovem o aprendizado de forma mais integral, sempre buscando interligar o fazer, o sentir e o pensar” (site).

De acordo proposta pedagógica da Escola Vila, o currículo é organizado através de projetos ao longo do ano letivo, envolvendo toda a Escola. Os projetos que cada turma desenvolve abrangem temas como Valores Humanos, Diversidade Cultural, a Relação entre Ser Humano e Natureza, as Tradições, Atualidades do Brasil e do Mundo, Pensar Global e Agir Local, Declaração dos Direitos Humanos, Construção de um Mundo Melhor. Sobre isso, a entrevistada destaca que é importante “respeitar a necessidade de cada aluno. É preciso ter um currículo adaptado para os alunos especiais para que estes sigam o mesmo nível de educação dos demais alunos”.

Quanto aos serviços de apoio pedagógico, entrevistada destaca o material didático que é “disponibilizado nas salas de aulas, comuns para todos”. No Ensino Fundamental (1º a 4º ano), por exemplo, ela afirma que os alunos “possuem um material didático transdisciplinar por trabalhar atividades que não compreendem disciplinas isoladas entre si. Esse material é organizado em projetos que contemplam temas que envolvam toda a Escola”.

Baseada nessa concepção de ensino-aprendizagem, a coordenadora destaca que o instrumento utilizado para avaliar a aprendizagem do aluno “é a observação, onde é bastante qualitativa e menos quantitativa. O professor avalia, dá um diagnóstico do desenvolvimento do aluno”.

Sobre a preparação dos professores para lidar com alunos com necessidades especiais, a coordenadora pedagógica afirma:

Na escola é feito um treinamento para adaptar melhor os professores, pois só a graduação não é suficiente, tendo em vista que a maior aprendizagem é no dia-a-dia e em alguns dias específicos esse treinamento se estende com os demais funcionários. [...] de 15 em 15 dias há um grupo de estudo com os professores e um sábado por mês há integração com os funcionários em geral.

Ao comentar sobre a importância da educação inclusiva no ensino regular, a coordenadora pedagógica da Escola Vila afirma que são muitos os desafios que as instituições escolares enfrentam, pois, para ela, “o ideal seria em um horário ter um ambiente inclusivo e no outro um ambiente específico para trabalhar suas necessidades especiais”.

Como aspectos positivos da inclusão, ela destaca “é fundamental o convívio em comum com a sociedade, mas a escola regular ainda não dá conta de trabalhar sozinhas as necessidades específicas de cada aluno especial”. E como aspectos negativos refere-se ao “fato da própria escola contribuir para a exclusão de pessoas com necessidades especiais, devido o preconceito contido na sociedade, mas isso está em processo de mudança”. Ela destaca ainda que há “falta de treinamentos adequados para essa modalidade de ensino nas demais escolas”.

Consciente das dificuldades que permeiam o espaço escolar quando se trata de inclusão, a educadora Mantoan (2005) reforça que esta é necessária, pois

na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças, pois esse é o passo para construir uma sociedade mais justa. A escola tem que ser o reflexo da vida do lado de fora. O grande ganho, para todos, é viver a experiência da diferença. Se os estudantes não passam por isso na infância, mais tarde terão muita dificuldade de vencer os preconceitos (p.15).

Nessa perspectiva, percebe-se a que os desafios vividos pela escola inclusiva são muitos, dentre eles está também “expectativa dos pais, que geralmente desejam que seus filhos desenvolvam além dos seus limites”, como afirmou a coordenadora da Escola Vila.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados, constata-se a importância da Educação Especial, como uma modalidade de educação escolar que é oferecida na rede regular de ensino para educandos com necessidades especiais, conforme preconiza a LDB/96. Porém, reconhece-se que há uma distância entre o que está previsto na lei e a realidade das instituições pesquisadas quando se refere à formação de professores para atuar nessa área.

Esse despreparo pode contribuir para que o professor se transforme em mero executor de programas gerais de ensino, desprovido de autoridade e capacidade de argumentação para questioná-los, modificá-los ou adaptá-los, quando constatada a sua inadequação às necessidades educacionais de seus alunos. Na verdade, não apenas os professores precisam estar capacitados para enfrentar esse novo desafio, mas principalmente, alunos, pais e comunidade precisam compreender como a convivência com alunos incluídos poderá enriquecer a formação humana de seus membros.

Nessa perspectiva, destaca-se a necessidade de uma definição, o estabelecimento e a concretização de uma política nacional de integração a qual depende de decisões governamentais e fundamentalmente de uma tomada de posições por todos os segmentos da sociedade, requerendo uma transformação sócio-cultural no sentido de eliminar barreiras de preconceito, discriminação e de segurança e de conduzir as questões de modo consciente e organizado para que a participação de pessoas com deficiência constitua uma realidade extensiva a todos.

A integração, portanto, consiste em possibilitar a participação efetiva no âmbito geral, assegurando condições de igualdade e de oportunidades para educação, saúde, trabalho e lazer. Ressalta-se que a igualdade de oportunidades significa observância e atenção especial às diferenças e a garantia de recursos materiais, físicos e humanos, visto que algumas áreas de deficiência requerem condições especiais como equipamento e/ou materiais sem os quais não há possibilidade de seus portadores usufruírem dos direitos nem de terem acesso ao que é comum às demais pessoas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1998

BRASIL. Leis e Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96, de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, ano134, n. 248, p. 27833-27841, dez. 1996.

\_\_\_\_\_. [Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008](#). *Dispõe sobre o atendimento educacional especializado*, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão promove a justiça*, 2005. Disponível em <<http://revistaescola.abril.com.br/inclusao/inclusao-no-brasil/maria-teresa-egler-mantoan-424431.shtml>> Acesso em: 15 de jun 2010.

MATOS, K. S. L. e VIEIRA, S. L. *Pesquisa educacional: o prazer de conhecer*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

MAZZOTA, M. J. S. *Fundamentos de Educação Especial*. São Paulo: Pioneira, 1982

